

Apresentação

Reflexões afirmativas sobre os 20 anos da Lei 10.639

■ Amanda Motta Castro; Cassiane Paixão; Elaine Nascimento

Introdução

*“Viver é partir, voltar e repartir
Partir, voltar e repartir (é tudo pra ontem)” (EMICIDA)*

O ano de 2023 é marcado pelos 20 anos da Lei 10.639. Sancionada em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que deverão ser obrigatoriamente incluídos nos conteúdos programáticos das escolas, públicas e particulares, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa é a mudança no Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação e que indica a inclusão dos estudos da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, bem como o resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Trata-se da retomada de uma pauta trazida há décadas pelo Movimento Negro e que precisa estar no debate educacional, ou seja, nas estruturas de formação do pensamento no Brasil.

Conforme nos aponta Nilma Gomes (2017) no livro “Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação”:

a atuação do Movimento Negro também se deu nos fóruns decisivos da política educacional. Reivindicada pelas organizações negras desde o início do século XX, a inclusão dos negros na escola pública aparecia como recurso argumentativo nos debates educacionais dos anos de 1940 e 1960 (GOMES, 2017, p. 31).

A lei foi uma longa conquista ao longo do século 20 para destacar a contribuição do povo negro brasileiro nas áreas social, econômica e política durante a história do país, buscando também a inclusão do dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra”.

No entanto, ainda surgem questionamento sobre como tais conteúdos têm realmente sido pensados nos espaços escolares. Os materiais didáticos, o espaço de educação, bem como a formação de professoras e de professores dialogam com a história negra do Brasil? Esses são os questionamentos de autoras e de autores que publicam neste dossiê suas análises, não só para a implementação da legislação, mas também uma contribuição para a formação antirracista, que é necessária para um país democrático e com igualdade como nos aponta Gomes (2020):

(...) a descolonização dos currículos é um desafio para a construção da democracia e para a luta antirracista. Descolonizar os currículos é reconhecer que, apesar dos avanços dos séculos XX e XXI, a colonialidade e o próprio colonialismo ainda se mantêm incrustados nos currículos, no material didático, na formação das professoras, dos professores, das gestoras e dos gestores da educação (GOMES, 2020, p. 231).

A partir das reflexões da autora, entendemos que as leis que pautam a causa preta e as lutas antirracistas são fundamentais para aprofundar o debate, descolonizar os currículos e criar novas formas de ensino e aprendizagem com mais humanidade, respeito e resistências.

Sobre os textos que compõem este dossiê

O texto que inicia o nosso dossiê é escrito por Darcylene Pereira Domingues e Julia Silveira Matos, intitulado “*O Novo Ensino Médio e a Lei 10639*” demonstra um estudo a partir da metodologia da análise de conteúdo, com a representação dos conceitos substantivos de escravidão, cultura afro-brasileira e África em uma coleção de livros didáticos da editora Saraiva Educação, a partir das competências exigidas na atual BNCC para o Ensino Médio. O foco foi compreender como esses temas foram apresentados nesta coleção atendendo à Lei 10.639/03, alinhadas às novas proposições da BNCC. Um dos objetivos do texto foi demonstrar que as novas coleções de Ciências apresentam bases para que o professor tenha subsídio para abordar essas temáticas com o objetivo em aprendizagens.

O segundo texto desse dossiê, intitulado “*Caminhos epistemológicos para uma educação amefricana e aquilombada*”, de autoria de Dionvera Coelho da Silva e Giovana Pontes Farias, busca promover uma discussão teórica sobre as epistemologias decoloniais e seus atravessamentos políticos e históricos para a educação. Dessa forma, consideramos a importância da Lei nº 10.639/2003, que obriga as instituições de ensino fundamental e médio a incluírem nos seus currículos a história da cultura africana e afro-brasileira. Desse modo, as autoras do artigo traçam um histórico sobre a produção do conhecimento em diferentes idades das ciências humanas, para, assim, identificarem os resquícios epistemológicos que cada período prescindiu para a sociedade. Na sequência,

aprofundamos a discussão em torno da perspectiva decolonial a partir de diferentes intelectuais, buscamos, assim, compreender de que forma as epistemologias decoloniais orientam o desenvolvimento da ciência. Por fim, indicamos os caminhos possíveis em torno de uma pedagogia centrada na Amefricanidade e no Quilombismo. Apostando nessas perspectivas como potentes para orientar as práticas de ensino, promovendo, dessa maneira, a aplicação da lei nº 10.639/03 nas escolas e avançando para a construção de uma educação Amefricana e Aquilombada.

Na sequência, o texto nomeado “*Um olhar para dentro: a perspectiva identitária em a cor da ternura, de Geni Guimarães*”, escrito por Emanuelle Lima, retrata a trajetória da Literatura infanto-juvenil no Brasil marcada por uma homogeneidade estética que pouco condiz com a diversidade e a pluriétnica existente no país. Para as autoras, esse cenário apenas começa a se modificar, especialmente, a partir das lutas dos movimentos negros e após a promulgação da Lei Federal 10.639/2003, com o objetivo de disseminar a História e as Culturas africanas, afrodescendentes e indígenas na Educação Básica brasileira. Tendo como ponto de partida o campo da literatura infanto-juvenil, este estudo visa analisar a obra mirim *A cor da Ternura*, de Geni Guimarães, mulher preta da classe trabalhadora, que sobreviveu ao meio social racista e misógino, desenvolvendo um olhar para dentro de si mesma, que transborda em uma literatura sensível e lúdica sob a ótica da construção da identidade negra, a protagonista da obra, também denominada Geni.

O quarto artigo de autoria de Talita Fernandes Araújo, intitulado “*Caminhos procedimentais de institucionalização da matéria de história da África e cultura afro-brasileira: uma análise histórica da lei 10.639/2003*”, propõe-se a compreender os caminhos que levaram à institucionalização da Lei 10.639/03. Para tanto, as autoras analisam o contexto em que nasce a legislação a partir de três eixos: razão do Estado Moderno, os vetos, e os caminhos percorridos na sua construção. Desse modo, a autora se propõe a perceber como a Lei nasce na sociedade e as implicações a que seu nascimento é condicionado. Um dos momentos que marca sua institucionalização são os artigos vetados antes de a lei ser promulgada. O Estado, a fim de fazer morrer a lei, aplica os vetos. Sendo assim, a lei nasce em um território moderno, a partir de uma razão negra que cria tecnologias para fazer morrer a lei antes de sua promulgação e aprovação.

No artigo quinto, de Thiago Medeiros Fernandes, com o título “*As vertentes polissêmicas da Lei 10.639/2003 na Educação Básica: teoria, ensino e prática*”, o autor, através do diálogo com estudos decoloniais, busca problematizar os debates acerca da construção identitária de um pertencimento histórico do educando, tendo como bússola o questionamento e a desconstrução das teorias eurocentradas e procura o diálogo com as teorias africanas e afro-brasileiras. Reflete a necessidade de um letramento racial, no processo de alfabetização de toda a sociedade brasileira; dessa forma será possível operar na desconstrução do racismo estrutural.

No texto subsequente, “*Assunção do Compromisso Antirracista: uma luta e uma proposta de professoras pretas para a educação*”, de autoria de Izabel Espíndola Barbosa, Raquel Pereira Quadrado e Eliane Almeida de Souza, apresenta-se uma proposta de pedagogia preta feminista em que se desvela a beleza das histórias de cinco mulheres que escolheram a docência como profissão, e enfrentaram, no campo educativo, desafios, conquistas, dores e sabores de se constituírem referências da luta negra em seus espaços laborativos. Esse artigo é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado que se alicerça no pensamento do feminismo negro e das mulheres negras como agentes do conhecimento articulados à ética do cuidado nas emoções.

O dossiê finaliza com duas resenhas muito potentes: a primeira problematiza um filme brasileiro, considerada uma distopia, mas por um passado bem recente na história brasileira, essa ficção científica, pode ser considerada bem realista, o texto em questão, que atende pelo título *Análise e reflexões do filme medida provisória: formas de (re)existências em um Brasil distópico*, de Cledson Quadros e Fernanda Cruz, retrata aspectos fundamentais do filme, em que os cidadãos negros são reconhecidos como “melanina acentuada”, que são: o racismo no Brasil, a desigualdade social, a pobreza, a violência policial e uma intolerância de extrema direita associada ao fascismo e à ausência total da diversidade, portanto cassação dos direitos humanos. A outra resenha é sobre *Relações étnico-raciais na literatura infantojuvenil: resenha do livro o pequeno príncipe preto*, uma releitura do livro infantil O Pequeno Príncipe, de Marizete Lucini e Tailsaene Araújo Santos. Nessa versão, o protagonista é um menino negro e sua companheira, uma árvore Baobá milenar que vivem juntos em um pequeno planeta e, como missão, ele parte com sua pipa para outros planetas, espalhando as sementes da baobá, que geram amor e empatia. Uma história de ocupação de territórios, numa lógica africana, totalmente diferenciada da colonização.

Com essas escritas, propomos não só problematizar a Lei 10.639 e sua efetividade nos currículos escolares após duas décadas, mas também contribuir para o papel de pesquisadoras e pesquisadores comprometidas e comprometidos com uma sociedade mais justa e democrática, em que possamos conhecer a verdadeira e real contribuição do povo negro para o Brasil.

A luta preta segue!

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura (KILOMBA, 2019, p. 51).

Referências

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KILOMBA, Grada. 1968: **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Amanda Motta Castro

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal do Rio Grande /FURG.
Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.
Email: motta.amanda@gmail.com

Cassiane de Freitas Paixão

Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande/FURG
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS
Email: cassianepaixao@outlook.com

Elaine Ferreira do Nascimento

Pesquisadora e Coordenadora Adjunta da Fiocruz Piauí. Doutorado em Ciências pelo Instituto
Fernandes Figueira /Fundação Oswaldo Cruz
Email: negraelaine@gmail.com